



E NÃO SOU UMA MULHER? UMA ANÁLISE DAS IMAGENS DE CONTROLE PELAS LENTES DE HILL COLLINS

Marlilia Ribeiro¹

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: A partir do conceito de *Imagens de Controle*, (COLLINS, 2019), este artigo faz uma abordagem crítica acerca das múltiplas opressões vivenciadas por mulheres negras em ambientes de trabalho de instituições públicas, analisadas na minha pesquisa de Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Relações Étnico- raciais -PPRER em outubro/2024. A partir das lentes da autora, utilizo um olhar novo e expandido para aprofundar na dimensão das *novas formas de racismo* que não se restringem somente a cor, mas a interseção cor, gênero e sexualidade em torno da imagem estereotipada da mulher negra, denominada “jezebel” (COLLINS, 2019), enquanto fenômeno estrutural reproduzida nas relações sociais. Nesse artigo nos interessa pontuar que nem mesmo as instituições públicas estão livres de perpetuar padrões de violência contra a mulher negra e, portanto, expô-las permite construir subsídios para exigir respostas institucionais, bem como formas de enfrentamento.

Palavras-Chave: Imagens de Controle; Interseccionalidade; Feminismo negro; Collins.

AND I'M NOT A WOMAN? AN ANALYSIS OF CONTROL IMAGES THROUGH THE LENS OF HILL COLLINS

Abstract: Based on the concept of Images of Control, (COLLINS, 2019), this article takes a critical approach to the multiple oppressions experienced by black women in work environments at public institutions analyzed in my Dissertation research presented to the Postgraduate Program in Ethnic-racial Relations - PPRER in October/2024. From the author's lens, I use a new and expanded look to delve into the dimension of new forms of racism that are not restricted only to color, but the intersection of color, gender and sexuality around the stereotypical image of black women, called “jezebel” (COLLINS, 2019), as a structural phenomenon reproduced in social relations. In this article

¹ Pesquisadora. Servidora pública. Mestra em Relações Étnico-Raciais - PPRER-Cefet/RJ. Membro da Associação Brasileira de pesquisadores negros(as) - ABPN. E-mail: mar.lilia.br@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4265-2598>



we are interested in pointing out that not even public institutions are free from perpetuating patterns of violence against black women and, therefore, exposing them allows us to build support to demand institutional responses, as well as ways of coping.

Keywords: Control Images; Intersectionality; Black Feminism; Collins.

¿Y NO SOY MUJER? UN ANÁLISIS DE IMÁGENES DE CONTROL A TRAVÉS DE LA LENTE DE HILL COLLINS

Resumen: Basado en el concepto de Imágenes de Control (COLLINS, 2019), este artículo aborda de manera crítica las múltiples opresiones vividas por las mujeres negras en ambientes laborales en instituciones públicas analizadas en mi investigación de Tesis presentada al Programa de Posgrado en Relaciones Étnico-Raciales – PPRER en octubre/2024. A través de la lente de la autora, utilizo una mirada nueva y ampliada para profundizar en la dimensión de nuevas formas de racismo que no se restringen solo al color, sino a la intersección del color, el género y la sexualidad en torno a la imagen estereotipada de la mujer negra, llamada “jezabel” (COLLINS, 2019), como un fenómeno estructural reproducido en las relaciones sociales. En este artículo nos interesa señalar que ni siquiera las instituciones públicas están libres de perpetuar patrones de violencia contra las mujeres negras y, por lo tanto, exponerlos permite construir apoyos para exigir respuestas institucionales, así como formas de afrontamiento.

Palabras-clave: Controlar las imágenes; Interseccionalidad; Feminismo negro; Collins.

ET JE NE SUIS PAS UNE FEMME? UNE ANALYSE DES IMAGES DE CONTRÔLE À TRAVERS L'OBJECTIF DE HILL COLLINS

Résumé: Basé sur le concept d'Images of Control (COLLINS, 2019), cet article aborde de manière critique les multiples oppressions vécues par les femmes noires dans les environnements de travail des institutions publiques analysées dans ma thèse présentée dans le cadre du programme de troisième cycle en relations ethno-raciales – PPRER en octobre 2024. À travers le prisme de l'auteur, j'utilise un regard nouveau et élargi pour approfondir la dimension des nouvelles formes de racisme qui ne se limitent pas seulement à la couleur, mais à l'intersection de la couleur, du genre et de la sexualité autour de l'image stéréotypée de la femme noire, appelée « Jezebel » (COLLINS, 2019), en tant que phénomène structurel reproduit dans les relations sociales. Dans cet article, nous souhaitons souligner que même les institutions publiques ne sont



pas à l'abri de perpétuer des schémas de violence contre les femmes noires et que, par conséquent, les dénoncer nous permet de rassembler un soutien pour exiger des réponses institutionnelles, ainsi que des moyens d'y faire face.

Mots-clés: Imagens de contôle; Intersectionnalité; Le féminisme noir; Collins.

INTRODUÇÃO

As imagens de controle são a dimensão ideológica do racismo e do sexismo, compreendidos de forma simultânea e interconectada. São utilizadas pelos grupos dominantes com o intuito de perpetuar padrões de violências e dominação que historicamente são constituídos para que permaneçam no poder. As imagens de controle aplicadas às mulheres negras são baseadas em estereótipos articulados a partir das categorias de raça e sexualidade, (Bueno, 2020, p. 73).

Para Collins (2022), o conceito de imagens de controle tem relação adstrita com o conceito de Matriz de Dominação. Esse conceito consiste na forma como as opressões se desenvolvem e também na maneira com que as mesmas se articulam mutuamente a partir de uma organização social que fortalece os sistemas de dominação estruturante do poder hegemônico. Nessa perspectiva, Gonzalez (2020) acrescenta que numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação fazem dos negros e negras cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra.

Ainda na visão de Collins, por uma análise crítica de Bueno (2020), grupos marginalizados estão localizados em posições que lhes possibilitam um maior conhecimento dos fatos sociais; isso os permite produzir questionamentos mais acurados do que grupos privilegiados. Esse diagnóstico reforça que pesquisas voltadas para análise do poder e suas formas de dominação, devem, não somente, refletir aspectos da vida das pessoas marginalizadas, mas, sobretudo, legitimar o seu ponto de vista sobre as formas de opressão. Nesse cenário, a produção de pesquisas por mulheres negras silenciadas não somente mostra a forma crítica e persistente com que



centralizamos a questão racial nas análises sociais, mas “demonstra o comprometimento profundo com o ativismo intelectual; um ativismo que não está apenas envolvido com o discurso, mas com a produção de mudanças que impactem a vida cotidiana das pessoas” (Bueno, 2020, p.145).

Partindo das contribuições da autora a respeito da *matriz de dominação*, esse ensaio faz uma abordagem sobre a interseção de violências contra mulheres negras em instituições públicas com o objetivo de exteriorizar suas vozes como forma de resistência por meio da afirmação da *autodefinição* - “estratégia de sobrevivência de mulheres negras nesse mundo que, a todo momento, lhes impõe violências que silenciam suas experiências e buscam nomear por elas, (...) (Bueno, 2020, p.126).

A dissertação referência desse ensaio, intitulada *O Racismo institucional (re)velado nos atos discricionários de universidades federais e a saúde mental de servidoras negras em questão*, Ribeiro(2024), analisa casos reais de mulheres negras que denotam a intersecção de opressões vividas por essas vítimas dentro e fora do ambiente de trabalho. Um dos casos abordados, objeto de análise deste ensaio, também compõe um artigo disponível no dossiê temático: “Psicologias e Relações Raciais: Questões Epistêmicas e Embates Sociais” da Revista da ABPN, publicado na edição especial de setembro/2023. O primeiro artigo focou em problematizar o impacto do racismo institucional na saúde da população negra estimulando uma reflexão crítica sobre o adoecimento mental para problematizar como isso rebate diretamente na realidade dessa população de forma coletiva enquanto fenômeno estrutural que é reproduzido nas relações sociais. No presente ensaio, trago um olhar novo e expandido dando ênfase às Imagens de Controle pela ótica da autora Hill Collins, para enfatizar a intersecção de opressões cotidianas que vão além da cor e articula cor, raça, sexo, gênero e classe social, nomeada, pela autora, *matriz de dominação* (Collins, 2019).



É desnecessário dizer que, “historicamente, foram negados às mulheres negras o direito e o privilégio de contar sua própria história, algo que fortalece não apenas a subordinação de mulheres negras, mas também a sua própria subordinação” (Bueno, 2020, p.148). Assim, além de um mecanismo de resistência às múltiplas formas de opressão, ao trazer à tona suas vozes, essa nova abordagem ampliada tem o intuito de afastar uma visão reduzida do âmbito individual, e alcançar um coletivo de mulheres atingidas pelas constantes Imagens de Controle (Collins, 2019), numa perspectiva da *Escrevivência* (Evaristo, 2020), nos termos que a autora define,

Escrevivências são singulares, mas também coletivas. Como uma escrita de nós, ela é capaz de fazer encontrar as vidas e histórias de mulheres negras em contextos afrodiaspóricos. Assim como Carolina Maria de Jesus legitima esse termo em seus diários, eu também pretendo legitimar minhas vivências, minhas dores, através do que me corta, mas também do que as abarca. As dores, como as (re) existências, são processos experimentados também em coletividades. (EVARISTO, 2020).

Para iniciar a análise, transcrevo o caso, extraído, em resumo, do artigo ABPN setembro/2023, intitulado: “*Racismo Velado nos atos discricionários de gestão e seu impacto na saúde mental de servidoras negras de uma Universidade Federal Pública do Sudeste brasileiro*”. (Ribeiro, M., & Meireles, F. P. 2023).

CASO II - E não sou uma mulher?

Circulava entre servidores e discentes de uma Universidade federal que um, certo, servidor vinha causando pânico no meio acadêmico com atos de importunação sexual contra mulheres da instituição. Contra ele, além de denúncias, havia determinações formais para se manter afastado de algumas mulheres. Dentre outras coisas, alunas e servidoras relatavam temor ao rapaz ao ponto de não permitir a entrada em suas salas, permanecer sozinhas no mesmo ambiente, e até acessar bebedouros e banheiros localizados no corredor onde o homem trabalhava. Diante da gravidade dos fatos, as próprias diretoras já teriam tentado removê-lo daquela instituição. Na tentativa de



resolver o problema, evitando o contato do homem com o público feminino interno, a diretoria, em reunião coletiva com outros servidores(as), decidiu encaminhá-lo para trabalhar numa sala isolada onde trabalhava uma única mulher negra sozinha. Como se não bastasse a evidente violência à honra subjetiva da mulher, a diretoria compareceu ao local para fazer, pessoalmente, a recepção do servidor. E, objetificando mais uma vez a mulher negra – marca do racismo - negligenciou todo o contexto imoral que aquele ato havia sido realizado e declarou sua imensa felicidade, confiança, apoio, crença no potencial e adaptação do homem no seu novo local de trabalho. Para finalizar seu discurso, colocou-se à disposição do homem citando a seção de pessoal e Ouvidora da instituição como aliadas para ampará-lo em qualquer problema que viesse enfrentar ali. Após a mulher negra expor sua indignação apontando o cunho racista que aquele ato carregava numa reunião coletiva, imediatamente convocada por ela, o homem foi “convidado” a se mudar para outro espaço. Como desculpa para a discriminação, a diretoria disse que, sequer, havia pensado nos assédios causados pelo homem às mulheres da instituição, pois o ato de gestão se deu unicamente pelo fato de o setor escolhido para o mesmo, localizar-se no mesmo espaço físico que o da mulher negra. Ou seja, uma mera coincidência. (Ribeiro, M., & Meireles, F. P. 2023, p.14-15)(Adaptado pela autora).

O caso em tela é crucial para apontar a “sutileza” com que, muitas vezes, o racismo institucional é operacionalizado numa política de gestão a partir da liberdade administrativa do poder público. Como tenho dito, no que se refere à Administração Pública, é uma linha tênue que separa a liberdade de poder da discriminação racial. Como esclarece Ribeiro (2024), um ato administrativo empreendido por instituições públicas, do ponto de vista de gestão, sobretudo, a respeito da movimentação de servidores, pode ser considerado legítimo e fundamentado. No entanto, do ponto de vista da ética e moral – princípios que regem a Administração Pública, Art. 37 CF/88 – o ato de gestão no caso analisado, carrega elementos racistas e sexistas, uma vez que, o motivo do remanejamento do servidor em questão, era evitar o seu contato físico com as mulheres do local em função dos infortúnios libidinosos



que vinha causando; ou seja, queria protegê-las. No entanto, fica evidente a discriminação racial e sexista empreendida contra a mulher negra, na medida em que essa proteção não foi estendida a ela; pelo contrário, ao que se percebe, agindo como opressores coloniais, a instituição retira a agência da servidora sobre seu próprio corpo, tomando-o como um objeto de controle de terceiros para submetê-la a uma situação de vulnerabilidade física, psicológica e sexual para atender necessidades institucionais.

Reforçando a provocação da autora em sua análise dissertativa, é legítimo e necessário que uma instituição pública proteja seu público feminino de quaisquer ameaças libidinosas, sejam elas internas ou externas. Nesse cenário, a pergunta necessária é: E a servidora negra, não era uma mulher?

O homem poderia ser alocado em qualquer outro espaço físico, inclusive sozinho, como foi feito, após a manifestação da mulher negra, já que havia várias salas vazias disponíveis na Instituição. Mas ao invés disso, inicialmente, as diretoras agindo como opressoras coloniais, tentaram controlar um corpo negro alheio, através de um ato racista coletivo, inclusive silenciando o assunto quando questionadas a respeito, por um dos membros presentes em discussões pregressas à tomada daquela decisão. Explico: em discussões coletivas anteriores à decisão de isolar um potencial agressor sexual junto a uma mulher negra na instituição, um dos membros presentes no debate, afirmou ter questionado o perigo daquele ato frisando o óbvio; porém, a reação das diretoras não passou de sussurros e expressões faciais que sugeriam o silenciamento da questão. (Ribeiro, 2024, p.101).

Como dito, aquela diretoria, ciente do histórico problemático do servidor, não teria logrado êxito nas tentativas anteriores de removê-lo da instituição. Isso pode ter motivado a utilizar mulher negra como bode expiatório, conforme veremos adiante. Ao receber a reivindicação da servidora para retirar o homem do mesmo local, a diretoria teve a seguinte reação: **“-será que ele Já fez alguma coisa com ela? Se ele tiver feito, agora não tem mais jeito, agora nós mandamos ele pra longe daqui”**. Excluídos o tom de voz e intenções que não é



possível atestar na escrita, as palavras verbalizadas pela diretoria não deixam dúvidas de que além da plena ciência do perigo que colocava a mulher negra ao isolá-la com um potencial agressor, percebe-se certa expectativa de que, algo ilícito, de fato, pudesse acontecer para que elas, finalmente, lograssem êxito na remoção daquele homem da instituição. Ou seja, a partir de falas e ações, é possível perceber que o corpo de uma mulher negra foi violentado por meio de uma dupla Imagem de Controle de *jezebell* (Collins, 2019) servido como “boi de piranha” para proteção de outras mulheres; e, “bode expiatório” para atender uma necessidade institucional. A análise dessas Imagens é a principal dimensão que ampliaremos nessa trabalho pelas lentes da autora.

JEZEBEL E A PROMISCUIDADE DA MULHER NEGRA

A partir das contribuições de Collins (2019), a principal *imagem de controle* observada no caso analisado neste ensaio é a de *jezebel*. De acordo com a autora, essa imagem está relacionada com o controle da sexualidade das mulheres negras e tem um papel central nas ideologias racistas mobilizadas pelas classes dominantes para naturalizar e perpetuar as violências e as injustiças sociais às quais as mulheres negras estão historicamente submetidas. Nesse cenário, verifica-se a relação dessa imagem de controle na discriminação do caso em análise, na medida em que os opressores em posição de poder, retiram a agência de uma mulher negra sobre seu próprio corpo, ferindo sua honra subjetiva e, de forma coletiva, tratando-a como se fosse objeto de posse e domínio de terceiros para atender as necessidades institucionais.

Collins explica a imagem de controle de *jezebel* a partir da sua pertinência com a escravização de negros e negras no período colonial. Segundo a autora, esse estereótipo foi utilizado como justificativa para a exploração sexual das mulheres negras, especialmente as escravizadas, e



constitui, até hoje, uma objetificação que se dá a partir da animalização dos corpos das mulheres negras. Assim, “enquanto as mulheres brancas são consideradas o exemplo da feminilidade, especialmente em torno da sexualidade - sendo lidas como respeitáveis, meigas, doces e modestas - as mulheres negras são lidas como promiscuas, devassas, e até mesmo como predadoras sexuais. (Bueno, 2020, p. 110).

A partir desse diagnóstico, é possível inferir que o estereótipo de negra promíscua, cujo corpo é desimportante em oposição à respeitável e pura feminilidade branca, também pode ter contribuído como parâmetro para um ato de gestão institucional que, de modo coletivo, considerou relevante a proteção de um grupo específico de mulheres, enquanto desprezava-se a mesma necessidade de proteção a uma mulher negra, colocando-a sob risco direto de sofrer as mesmas violências que tentava evitar às outras. Assim, o ato de isolar um agressor em potencial no mesmo espaço físico com uma mulher negra sozinha, ainda pode ser visto como uma oferta ao entretenimento para a distração daquele, garantindo-se, assim, o seu distanciamento e a consequente preservação de corpos “puros” dos seus impulsos sexuais; transformando a mulher negra em “boi de piranha”.

Para Collins, os estereótipos relacionados à sexualidade são o nexos central das imagens de controle da feminilidade negra. A razão desse diagnóstico se dá em razão dos esforços que os grupos dominantes empreendem para dominar a sexualidade das mulheres negras, o que constitui o núcleo das opressões históricas a que elas estão submetidas. (Bueno, 2020, p.112)

De acordo com Passos (2023), professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde o período colonial, o terror sexual sempre fez parte da dinâmica de dominação da branquidade para promover o controle e destruição dos corpos e subjetividades racializadas de uma maneira geral. Os motivos para a violência eram os mais variados, indo desde o interesse em manter a proteção da pureza branca, prazer, ameaça, terror, até a iniciação sexual de



jovens brancos agressores. Seja qual fosse o objetivo, todos se assentavam em um mesmo pressuposto racista da figura feminina negra: A degradação e promiscuidade sexual, fazendo com que a violência sexual contra a mulher negra não fosse considerada crime, mas sim, uma naturalização.

Como as mulheres negras “não são humanas” e a degradação é parte constitutiva de sua existência, a naturalização do estupro não é um problema, pelo contrário, a violência faz parte da forma como se pensa o sexo com as mulheres negras, (Flauzina & Pires, 2020, p.75 *apud* Passos, 2023, p. 59). O diagnóstico da autora, instiga-nos a levantar discussões e avançar em prováveis desdobramentos que poderiam ter acontecido em razão de uma imagem de controle que, consciente ou inconscientemente, pode ter norteado um ato racista institucional. Sabendo que a violência sexual, contra mulheres negras, sempre foi atenuada pelo seu cruel estigma colonial, tomaremos como real, uma possível agressão física de cunho sexual, resultado do ato de gestão, para pensar no modo como isso seria visto e tratado pela mesma instituição. Arrisco a dizer, que diante do modo degradante como, ao que parece, ainda é vista a sexualidade negra, como mostra esse caso, não seria surpresa que uma eventual agressão indecorosa feita pelo assediador contra aquela servidora, também poderia ser negligenciada e naturalizada igualmente como ocorria no período colonial além de culpar a própria moça. Collins reforça esse diagnóstico explicando como o estereótipo da *jezebel* foi utilizado como uma racionalização das relações sexuais entre brancos e negros, especialmente entre escravizadores e escravizados para justificar esse tipo de violência.

A insaciabilidade de jezebel, que não se contentava em manter relações sexuais apenas com seus iguais, aplacava-se com a conjunção carnal com os homens brancos. Logo, a partir desse raciocínio, essas mulheres não eram violentadas por seus escravizadores que, em última análise, estavam realizando o controle da agressividade sexual das mulheres negras. Ou seja, a imagem tinha uma utilidade bastante grande para os grupos dominantes brancos, uma vez que a partir dela operava uma



absolvição dos horrores que eles cometiam com as mulheres negras. A partir dessa ideia, não se tratava de estupro, mas sim de saciar os desejos sexuais das mulheres negras incontroláveis. (Bueno, 2020, p. 112-113).

Além disso, como veremos ainda nesse ensaio no tópico *A raça negra como bode expiatório*, sabendo que as pessoas negras são vistas por definição como algo descartável, as pessoas podem fechar os olhos aos problemas que afetem essas pessoas tidas como inferiores, “considerando que os infortúnios destas não têm nada a ver com suas próprias vidas, que qualquer coisa que aconteça a elas é, digamos, um problema negro e não um problema humano” (Wilkerson, 2021 p.207).

É preciso dizer que apesar das constantes opressões norteadas pelas Imagens de Controle, desde o processo de escravização, as mulheres negras têm desafiado essa matriz de dominação que se modifica conforme, se altera, a dinâmica dos sistemas de opressão. A exposição de casos como *E eu não sou uma mulher*, como o próximo que veremos a seguir, é um exemplo concreto de como o racismo cotidiano tem encontrado diferentes formas de se adaptar nas relações sociais mas também revela formas de enfrentamento. Ainda no caso tratado, observamos como o racismo se infiltra, sutilmente, numa política de gestão da Administração Pública, em que gestores se apropriam da liberdade de poder, para justificar uma discriminação. No que toca a análise desse trabalho, vemos surgir a adaptação dessa violência, a partir de um ato administrativo de gestão que coloca a mulher negra no lugar de “boi de piranha” para proteção de outros corpos femininos, associada a imagem de “bode expiatório” para atender uma necessidade institucional.

Antes de explorar essa dimensão da violência racial, preciso dizer que o discurso racista, ao categorizar a negritude como marcador da inferioridade social, atribui a mesma associação negativa a tudo o que a ela se refere. A imagem de primitiva e atrasada atribuída à população negra desde o período colonial, subestima e ofende nossa capacidade intelectual. Sabemos que



diante da farsa da democracia racial que opera nesse país, toda e qualquer denuncia de discriminação feita pela população negra, naturalmente, é contestada pelos seus agressores que, através das mais grotescas desculpas, afrontam e insultam, antes de tudo, nossa capacidade intelectual. No caso em análise, esse insulto é percebido na medida em que gestores públicos se apropriam de uma ferramenta legal para camuflar um ato racista, defenderem-se e negar uma discriminação. Assim, subestimar a inteligência do povo negro se torna mais uma forma de opressão destacada nessa análise, pois, denota como o julgamento de inferioridade intelectual da nossa raça, continua sendo mais uma forma de controle mais uma forma de controle apropriada para dominação de nosso povo, desde o período colonial.

Os estudos feministas e estudo sobre raça e racismo têm demonstrado como a objetificação de mulheres e negros(as) a partir da identificação destes com a natureza, colocada em oposição à intelectualidade, tem servido como justificativa para a opressão desses grupos'' (Bueno, 2020, p. 80).

É imperativo que a população negra dobre esforços para contestar as Imagens de Controle (Collins, 2019), as quais somos atribuídos(as) historicamente, sobretudo, em âmbito intelectual. Ressalvadas, lamentavelmente, aquelas vítimas alienadas pela própria violência racial que, muitas vezes, infelizmente, consegue nos impedir de desenvolver uma consciência crítica racial, especialmente diante das variadas formas de adaptação do racismo, nós negros(as) ainda é quem temos a capacidade de identificar e apontar as distintas formas de violência que sofremos. Por tanto, é imperioso que dobremos os esforços para identificar, contestar, e desmistificar quaisquer tentativas de agressores de subestimar a nossa sanidade mental e inteligência, sobretudo, no que se refere a violência racial sofrida.



A RAÇA NEGRA COMO “BODE EXPIATÓRIO”

Seguindo com as lentes de Hill Collins, exploraremos a *Imagem de Controle* que utiliza o corpo de uma mulher negra como “bode expiatório” para atender uma necessidade institucional. Para uma melhor interpretação dessa imagem, é preciso relembrar alguns aspectos relevantes do caso em questão. A diretoria da instituição, ciente dos problemas de assédio sexual que o servidor vinha causando, havia se esforçado mas não teria logrado êxito na tentativa de sua remoção da unidade. Em busca de solução para o problema, em reuniões coletivas, decidiu-se pela alocação do homem em local isolado onde trabalhava uma única mulher negra. A mesma diretoria, durante reuniões pregressas à tomada da decisão, ainda teria manifestado indiferença e descaso pelo risco de colocar a mulher negra naquela situação de vulnerabilidade, e posteriormente reagia de forma a transparecer, por meio de falas, uma expectativa de que algo libidinoso pudesse acontecer para que finalmente pudesse lograr êxito na remoção do homem daquela instituição.

Para apontar, nessa análise, os indícios de aproveitamento de uma mulher negra como bode expiatório, buscamos em Wilkerson (2021), as primeiras contribuições afins.

Todos os anos, no Dia da Expição, os hebreus antigos pegavam dois bodes e os apresentavam ao senhor na entrada da Tenda do Encontro.(...) Um deles seria sacrificado para purificar e santificar o altar. (...) O sacerdote depunha as duas mãos sobre a cabeça do bode vivo e confessava todos os erros e culpas dos israelitas. Transferia para o animal todos os seus pecados, e então o bode era banido para o deserto, levando o peso dos pecados dos israelitas nas costas e assim libertando-os para prosperar em paz. Ao bode cabia sofrer pelos pecados dos outros, (...) esse era o ritual transmitido ao longo das eras (...) e sobrevive não apenas nas relações pessoais mas dentro das castas e nações. Isso serve para libertar os outros (...) libertar os criadores de bodes expiatórios de suas próprias responsabilidades (...). (Wilkerson, 2021, p.198 – 199)



O trecho acima nos ajuda a compreender o modo como, para além do lugar de “boi de piranha”, o corpo de uma mulher negra ainda foi usado como bode expiatório por gestores públicos para resolver um problema institucional. A associação da imagem de bode expiatório se relaciona com o uso da mulher negra na medida em que seu corpo é aproveitado por terceiros, para transferir-lhe um tributo indesejado, forçando-o a lidar com possíveis violências de cunho sexual do agressor, livrando-se assim, os outros corpos femininos de, eventuais importunações da mesma natureza, já conhecidas pelos gestores; bem como aliviar o fardo dos dirigentes de lidar com a responsabilidade institucional de buscar outros meios para solucionar aquele problema.

Ainda em Wilkerson (2021), um bode expiatório é visto por definição como algo descartável: as pessoas podem fechar os olhos para problemas que afetem outras pessoas tidas como inferiores, considerando que os infortúnios destas não têm nada a ver com suas próprias vidas; que qualquer coisa que aconteça a elas é, digamos, um problema negro e não um problema humano, (Wilkerson, 2021, p.207). O diagnóstico da autora explica como, não à toa, o ato de gestão analisado neste ensaio, foi praticado contra uma mulher negra de forma discriminatória. Um lobo, quando ocupado com *a carne mais barata do mercado* (Elza Soares), usada como sacrifício para seu entretenimento, garante à carne branca, a manutenção de sua pureza protegida. Concordo com Patrícia Hill Collins que apesar da ideia de feminidade, de modo geral, está controlada pelos pressupostos masculinos brancos, a forma com que esses controles irão operar é que estão articulados a partir da matriz de dominação, o que vai fazer com que, por exemplo, a pureza sexual de mulheres brancas esteja diretamente relacionada com uma narrativa de lascividade das mulheres negras, (Bueno, 2020, p. 75). Assim, as Imagens de Controle são cruciais para analisarmos como as múltiplas opressões que os sistemas interconectados de dominação de cor, raça, sexualidade e classe se conectam nesse caso.



Para reforçar essa análise, transcrevo outro caso relacionado para traçar um diagnóstico paralelo.

No ano de 2007, uma adolescente (negra) de 15 anos foi presa e colocada em uma cela com aproximadamente 20 homens, por cerca de 26 dias, no município de Abaetetuba (PA), período em que sofreu diversos abusos sexuais por parte de todos eles. Além disso, a moça ainda teve seu cabelo cortado com uma faca pelos agentes penitenciários visando afastar sua aparência feminina, para evitar desconfiças de terceiros que por ali viessem a passar, como os parentes dos outros presos . Além dos abusos sexuais, a adolescente sofreu lesões corporais, foi queimada com isqueiros e cigarros enquanto tentava dormir. O caso somente repercutiu quando o Conselho Tutelar interferiu solicitando providências para a transferência da menor. Os presos identificados pelos abusos sexuais foram condenados. Todos os delegados de polícia envolvidos no caso, além de dois agentes foram exonerados. Porém a juíza, Clarice Maria de Andrade, aposentada compulsoriamente pelo Conselho Nacional de Justiça em 2010, teve a aposentadoria anulada, em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal que entendeu que a decisão era desproporcional. E, em 2017, a juíza fora nomeada titular da comarca. Fonte: <https://canalcienciascriminais.com.br/estupro-carcerario-drama-lidiane/>

Considere relevante contrastar ambos os casos para demonstrar como situações distintas, apesar de suas particularidades, apresentam contornos similares de uma tripla opressão (racial, sexual e de classe), com raízes solidificadas no período colonial, porém vigentes na sociedade contemporânea. Mulheres escravizadas sempre enfrentaram múltiplas violências relacionadas à objetificação dos seus corpos no período colonial. Se por um lado, tinham sua fragilidade feminina negligenciada para favorecer a superexploração, não sendo diferenciadas dos homens negros para o trabalho pesado, pelo outro, eram dissociadas da figura masculina, quando se tratava de violência sexual. No caso da adolescente encarcerada e violentada por um coletivo de detentos, vemos como essa violência, a que muitas mulheres escravizadas eram



expostas, ganha novos contornos na contemporaneidade na medida que “as formas de opressão se alteram” (Collins, 2019).

É fato que, situações de violência sexual, nos dias atuais, tal como o próprio racismo, não aparecem mais naturalizados, explicitamente, como no período colonial. Argumenta Cida Bento que, “seria um descumprimento da Lei que define o Racismo como crime inafiançável e imprescritível; então essas violências vão aparecer de outra forma” (Bento, 2022, p 108). Como aponta Ribeiro (2024), ao que se percebe, inacreditavelmente, até no âmbito da violência sexual contra mulheres, o racismo tem buscado meios de se adaptar. A juíza da comarca juntamente com os agentes penitenciários envolvidos no crime, valeram-se de uma descaracterização da jovem para promover a violência sexual contra a moça. Ou seja, reconhecida sua feminilidade, seria um descumprimento de lei manter uma mulher em cela masculina; porém, uma vez camuflada tal característica (a partir do corte de cabelo), esta “poderia” ser jogada aos detentos visando sofrer a chamada *violência corretiva* (prática criminosa, na qual se estupra mulheres lésbicas, supostamente como forma de punir e alterar sua orientação sexual) .

Percebe-se que uma nova estratégia em relação às leis antirracistas com o objetivo de permitir a continuação dessa antiga violência no século XXI, tem sido apropriada. Nesse caso, vemos a tentativa de negar o óbvio, negligenciar a feminilidade negra para omitir e, ao mesmo tempo, permitir a violência sexual contra nós mulheres. Ambos os casos aqui tratados, a descaracterização de uma detenta negra, na tentativa de negar sua feminilidade para favorecer abusos sexuais, assim como o uso do poder institucional, como pretexto para camuflar o ato racista de gestão colocando outra mulher negra em risco de ser assediada por um agressor em potencial, mostra como o racismo tem conseguido novas formas de se adaptar.

Na contemporaneidade, “as formas de opressão se alteram” Collins (2019). Nos casos apresentados, vemos agressores se aproveitarem de suas



posições de poder para promover violência contra mulheres negras utilizando manobras de uma própria legislação que deveria proteger suas vítimas. Quando uma juíza penitenciária utiliza sua posição privilegiada para promover a violência sexual contra uma adolescente negra, e da mesma forma, age uma diretora de universidade pública ao isolar um assediador em potencial com uma servidora negra, não ocorre somente a afirmação contínua do racismo pela degradação da mulher negra, mas também a tentativa de controle dos corpos negros por meio do sexismo e posição hierárquica. Ambas são mulheres brancas em posições de poder, detentoras das prerrogativas legais e que se aproveitaram de suas posições privilegiadas e dos arcabouços de lei para ferir princípios éticos e morais da própria Administração pública e manter a ordem social racista vigente. Esta é mais uma forma de violência apontada nessa análise. Trata-se da violência institucional no que se refere às relações de poder tendo em vista a posição hierárquica dos agressores (gestora - juíza) em relação às vítimas (subordinada - detenta) respectivamente, a partir da tentativa de controle e domínio dos corpos destas últimas.

Do ponto de vista de Collins (2019), as imagens de controle fazem parte de uma ideologia generalizada de dominação que opera com base em uma lógica autoritária de poder, a qual nomeia, caracteriza e manipula significados sobre a vida de mulheres negras que são dissonantes daquilo que elas enunciam sobre si mesmas. Para a autora,

Como a autoridade para definir valores sociais é um importante instrumento de poder, grupos de elite, no exercício do poder, manipulam ideias sobre a feminilidade negra. Isso se dá a partir da exploração de símbolos já existentes ou a partir da criação de novos símbolos. (Bueno, 2020, p.79).

Nessa esteira, reporto-me aos estudos de Grada Kilomba, sobre a falsa ideia de *sororidade* universal feminina para finalizar as reflexões nesse ensaio,

O termo “sororidade” supõe a crença em uma conexão familiar entre todas as mulheres do mundo – as irmãs – e um



desejo por uma cumplicidade entre mulheres dentro de um mundo dominado por homens. Quando contextualizada, essa ideia pode parecer bastante poderosa; quando não, ela permanece uma presunção falsa e simplista que negligencia a história da escravização, do colonialismo e do racismo, nos quais mulheres brancas têm recebido sua parcela de poder *branco* masculino, em relação tanto a mulheres negras quanto a homens negros, (Kilomba, 2021, p. 100 e 103).

A contribuição da autora ilustra as opressões apontadas nesse trabalho, uma vez que, a partir dos casos concretos, observa-se ao invés de uma conexão familiar, uma tripla opressão: racial, sexista e institucional interconectadas, exercida por meio da posição privilegiada de mulheres brancas sobre negras. Ainda do ponto de vista da mesma autora, Kilomba completa,

A discriminação sexista tem impedido que mulheres brancas assumam seu papel dominante na perpetuação do imperialismo racial branco, mas isso não tem impedido mulheres brancas de continuarem as absorver, apoiar e defender a ideologia racista ou de agir individualmente como opressoras racistas. (Kilomba, 2021, p. 104).

Ao contrário da jovem detenta que infelizmente não teve meios favoráveis para evitar a violência sofrida, nunca saberemos o que poderia ter acontecido com aquela mulher negra, servidora pública, se não tivesse tido consciência racial e contestado a discriminação a que estava sendo submetida no seu ambiente de trabalho por gestoras de uma universidade pública. O certo é que, se a sociedade racista não pudesse depender do estereótipo de objetificação da mulher e do homem negro; se não pudesse contar com a desumanização instintiva dessa mesma população; do correspondente pressuposto de virtude da branquitude em detrimento da depravação natural da sexualidade da negritude; e, não pudesse ter tanta certeza de que o silêncio dos seus iguais é, por conveniência, cúmplice da violência sustentada pelo Pacto Narcísico da branquitude (Bento, 2022), talvez aquelas gestoras públicas não tivessem cometido aqueles atos de



discriminação e buscado outras soluções para os problemas. A jovem detenta poderia ter tido um tratamento humanizado, respondido pelo seu delito de forma legal, tendo sua dignidade preservada. A servidora negra talvez não teria tido impacto na saúde mental conforme exposto em artigo aqui referenciado. Segue um trecho,

Iniciei tratamento médico e psicológico; comecei a tomar remédios; tive crises de ansiedade; tive consequências físicas como insônia, perda de peso, perda de apetite, dores no corpo, perda de memória, mandíbula acirrada, alterações de humor; início de depressão, pensei em suicídio, tive pensamentos compulsivos obsessivos, fiquei agressiva, me isolei, passei a ser julgada por pessoas no trabalho; pensei em sair do serviço público; e solicitei licença para tratamento de saúde. (Ribeiro, M., & Meireles, F. P. 2023, p.14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Collins (2019), mulheres negras têm desafiado o complexo de opressões que articula o controle dos seus corpos e de suas vidas para produzir uma percepção autônoma e política a respeito de si mesmas. O controle que é exercido pelos grupos dominantes nas mais variadas dimensões das vidas de mulheres negras, apresenta um comportamento dinâmico que se altera conforme vão se modificando as estruturas sociais que sustentam as posições de poder articuladas na matriz de dominação. Compreender como as interações entre os sistemas de dominação produzem violências históricas, na contemporaneidade, é fundamental para aprofundar as análises sociais avaliando como a dinâmica das opressões se apresenta nos diversos grupos subordinados. Nesse cenário, a intelectualidade de mulheres negras desafia não somente a fixação dessas mulheres em estereótipos confinados em uma política sexual dominante e hegemônica voltada à negritude, mas também articula posições críticas mais amplas (Bueno, 2020, p.128 -129).



O racismo, especialmente no Brasil, não se dá somente por agressões verbais, mas principalmente pela negação e invisibilidade. E, esse racismo está presente cada vez mais nas instituições públicas, entranhado no sistema de gestão, sobretudo, nas tomadas de decisões discricionárias que revelam uma matriz de dominação pautada pelo autoritarismo, racismo e sexismo. Por isso, é preciso ficarmos cada vez mais atentos aos mecanismos sociais, políticos e governamentais que vêm tentando destruir os valores e a imagem das mulheres negras para buscarmos estratégias de enfrentamento.

Este artigo pretendeu chamar a atenção para a interseção de opressões acometidas contra mulheres negras analisadas pela ótica de Patrícia H. Collins. Focamos aqui, no que a autora denomina “imagens de controle” que “criam obstáculos para suprimir os processos de subjetivação e autonomia das mulheres negras, as quais articulam mecanismos para a superação do controle exercido pelos grupos hegemônicos para mantê-las em situação de subordinação, o que garante sua exploração econômica, bem como a restrição do exercício da cidadania e da efetivação de direitos” (Bueno, 2020, p.28).

REFERÊNCIAS

BUENO, Winnie. *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins*. Porto Alegre-RS. Zouk 2020.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência, e a política de empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. *Política Sexual Negra: Afro-Americanos, gênero e novo racismo*. 2022. Rio de Janeiro. Via Verita. 480 p.

RIBEIRO, M., & MEIRELES, F. P. “Racismo velado nos atos discricionários de gestão e a saúde mental de servidoras negras de uma universidade federal do sudeste brasileiro”, *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 16(Edição Especial), 2023. <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1602>



EVARISTO, Conceição. A escritvivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. *Escritvivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46. Disponível em: <https://bit.ly/3wTEj9H>.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação – Episódio de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Bogobó, 2021.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 2022. 1ª Ed. São Paulo. Companhia das letras

WILKERSON, Isabel. *Casta: as origens de nosso mal-estar*. 2021. Rio de Janeiro. Zahar. 460p.

RIBEIRO, M. *O racismo institucional (re)velado nos atos de Universidades Federais e a saúde mental de servidoras negras em questão*. Minas Gerais. 2024. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Relações Etnico-Raciais. PPRER/RJ.

Recebido em: 06/03/2024

Aprovado em: 13/06/2026